

DOSSIÊ

Violência na/da escola: da urgência de estudá-la e da necessidade de caminhos para superá-la

Editores

Artur José Renda Vitorino e Maria Sílvia Pinto de Moura Librandi da Rocha

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

Recebido

27 ago. 2024

Versão final



20 nov. 2024

Aprovado

6 dez. 2024

# O Pode Falar e a escuta: a importância da escuta acolhedora no enfrentamento da violência escolar no Nordeste

## *Pode Falar and listen: the importance of welcoming listening in combating school violence in the Northeast*

Hugo Monteiro Ferreira<sup>1</sup> , Bruno César de Farias Melo<sup>1</sup> 

<sup>1</sup> Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades. Recife, PE, Brasil. Correspondência para: H. M. FERREIRA. E-mail: <hugo.ferreira@ufrpe.br>.

**Como citar este artigo:** Ferreira, H. M.; Melo, B. C. F. O Pode Falar e a escuta: a importância da escuta acolhedora no enfrentamento da violência escolar no Nordeste. *Revista de Educação PUC-Campinas*, v. 30, e14433, 2025. <https://doi.org/10.24220/2318-0870v30a2025e14433>

### Resumo

Este artigo tem a intenção de compreender a inter-relação entre o programa Pode Falar e a ambiência escolar, considerando a escuta acolhedora de adolescentes como um elemento central de intersecção entre os princípios constitutivos do Pode Falar e uma atuação escolar centrada na pedagogia da escuta acolhedora. O Pode Falar é uma plataforma digital criada em 2020 pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância, com assessoria pedagógica da Universidade Federal Rural de Pernambuco e anuência do Conselho Nacional do Ministério Público, e sua finalidade é a escuta acolhedora de adolescentes e jovens de todo o Brasil. Em 2023, a referida plataforma possibilitou a criação da Rede Pode Falar, constituída por 22 instituições públicas de ensino superior localizadas em várias regiões brasileiras e que atuam na relação entre o cuidado humano e a educação. Os documentos analisados neste artigo se referem a produções feitas no âmbito da Região Nordeste do Brasil. A metodologia para construção dos dados se valeu de abordagem qualitativa, tendo a análise documental como método de pesquisa e a semiologia interpretativa como técnica de análise de dados. Os aportes teóricos nos quais os pesquisadores se fundamentaram para tratar de conceitos que serão explorados, como “pode falar”, “adolescências”, “escuta acolhedora”, “enfrentamento” e “violência escolar”, estão amparados nos estudos transversalizados pela psicologia, sociologia, educação, história e antropologia. Os resultados encontrados sinalizam que a escuta acolhedora experimentada pelos adolescentes/jovens usuários do Pode Falar, quando praticada na ambiência escolar, amplia as possibilidades no campo do enfrentamento das violências existentes no cotidiano da escola, permitindo aos adolescentes/jovens maiores e melhores condições de expressarem suas emoções e seus sentimentos.

**Palavras-chave:** Acolhimento. Adolescências. Ataques. Bullying.

### Abstract

*This article aims to understand the interrelationship between the Pode Falar program and the school environment, considering the welcoming listening of adolescents as a central element of*



*intersection between the constitutive principles of Pode Falar and a school performance centered on a pedagogy of welcoming listening. Pode Falar is a digital platform, created in 2020, by the United Nations Children's Fund, with pedagogical advice from the Federal Rural University of Pernambuco, with the consent of the National Council of the Public Prosecutor's Office, aimed at welcoming listening to adolescents and young people from all over Brazil. In 2023, this Platform enabled the creation of the Pode Falar Network, a Network made up of 22 public higher education institutions, located in various Brazilian regions and that work in the relationship between human care and education. The documents analyzed in this article refer to productions made within the scope of the Northeast Region of Brazil. The methodology for data construction used a qualitative approach, using document analysis as a method and interpretative semiology as a data analysis technique. The theoretical contributions on which we base ourselves to deal with concepts that will be explored by us, such as: "can speak", "adolescence", "welcoming listening", "coping" and "school violence", are supported by studies transversalized by psychology, sociology, education, history and anthropology. The results indicate that the "welcoming listening" experienced by adolescents/young users of Pode Falar, when practiced in the school environment, expands the possibilities in the field of coping with violence present in the daily life of the school, allowing the older and better adolescent/young people to express their emotions and feelings.*

**Keywords:** Reception. Adolescences. Attacks. Bullying.

## Introdução

A problemática central deste artigo é a discussão sobre a inter-relação entre a escuta acolhedora desenvolvida pelo programa Pode Falar e a praticada na ambiência escolar, considerando que a referida inter-relação pode ser entendida como uma estratégia de enfrentamento da violência escolar, que se materializa como sendo violência da escola, na escola e contra a escola. Categorias como "pode falar", "adolescências", "escuta acolhedora", "enfrentamento" e "violência escolar", oriundas dos discursos de usuários do Pode Falar da Região Nordeste, são aqui analisadas com vistas a uma reflexão sobre como os silenciamentos que o adultocentrismo promove nas adolescências escondem – mascaram – pensamentos e sentimentos violentos.

O texto está dividido em quatro seções, a saber: 1) o que é o Pode Falar e qual a sua importância para a saúde mental das adolescências e o que é a escuta acolhedora, premissa fundamental e basilar às ações de escuta promovidas pelo Pode Falar; 2) o que é a violência, em suas mais diversas formas, entendendo o seu resultado, seu produto e como se dá a eliminação da alteridade por quem a sofre; 3) o lugar da escola, considerando as disposições violentas das quais é palco e das quais, por vezes, se põe em atuação e 4) a relação do Pode Falar com as escolas nordestinas, entendendo a escuta acolhedora como um elo fundamental e de importância à saúde mental de adolescentes quando em contextos de violência escolar.

A partir das quatro seções aludidas, pretendeu-se: 1) explicar o que é o Pode Falar, como surgiu, quais seus objetivos primeiros e quais as suas possíveis consequências; 2) compreender o que é a escuta acolhedora, como ela se materializa no Pode Falar e como ela se diferencia de uma escuta julgadora, avaliativa, sentenciadora e segregadora; 3) refletir sobre a violência, seus objetivos, sua intenção de eliminação da alteridade, sua relação com a escola, sua manutenção pela escola e sua aversão à escola; 4) debater sobre o papel da escola, suas possibilidades, suas limitações, sua capacidade protetiva e seu viés – muitas vezes reprodutivista – e 5) analisar como falas de oito usuários do Pode Falar, recortadas da Região Nordeste, sinalizam silenciamentos de emoções e sentimentos na ambiência escolar e como esse silenciamento é a matriz de processos violentos.

Os aportes teóricos básicos que sustentam os argumentos aqui utilizados são interdisciplinares, uma vez que relacionam saberes da psicologia, da educação, da sociologia e da história. Ao longo do texto, estudos sobre o Pode Falar (Melo, 2024; Santos, 2023; Santos; Ferreira,

2024); escuta acolhedora (Ferreira; Melo, 2021; Melo, 2024; Santos, 2023); adolescências (Ferreira, 2021; Matos, 2022); violências (Fanon, 2011; Maffesoli, 2001; Morin, 2003); violência simbólica (Bourdieu; Passeron, 2014); violência na, da e contra a escola (Brasil, 2023); instituição escolar (Saviani, 2012), entre outros, ajudarão na compreensão e na reflexão do que ora se objetivou. As referências e reflexões aqui apresentadas não pretendem esgotar a discussão, mas possibilitar possíveis/novas compreensões a respeito da temática apresentada.

No âmbito metodológico, este artigo se amparou na abordagem qualitativa, adequada aos fundamentos teóricos e epistemológicos que o embasaram. A construção dos dados seguiu a metodologia documental e suas análises foram conduzidas por meio de uma técnica interpretativa de natureza semiológica (Barthes, 2002; Eco, 2011). Os documentos foram produzidos a partir de oito atendimentos do Pode Falar realizados na Região Nordeste do Brasil. Na seção 4, quando se trata da análise da inter-relação entre a escuta acolhedora realizada no Pode Falar e uma possível estratégia de enfrentamento da violência existente na ambiência escolar, seja ela na, da ou contra a escola, é possível compreender os aspectos metodológicos mais acuradamente.

## Discussão

### O Pode Falar

#### *O que é o Pode Falar*

Em 2020, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e alguns parceiros – a Associação pela Saúde Emocional das Crianças; o Instituto Vita Alere; o Centro de Valorização da Vida; o Núcleo do Cuidado Humano/Universidade Federal Rural de Pernambuco; o SaferNet e o Instituto Syntese, na emergência/urgência da pandemia de COVID-19, decidiram empreender esforços para ajudar adolescentes e jovens com problemas no âmbito da saúde mental. A reunião das referidas instituições possibilitou a criação do programa Pode Falar<sup>2</sup>, um canal/uma plataforma online de ajuda em saúde mental para adolescentes e jovens dos 13 aos 24 anos que funciona 24 horas por dia durante os 365 dias do ano, sem interrupções.

O canal/a plataforma dispõe de um visual simples, colorido, inclusivo e com funcionalidades interativas que possibilitam melhor ambientação e conforto aos seus usuários. No canal/na plataforma, os usuários encontram três espaços: (i) eu quero me cuidar; (ii) eu quero me inspirar e (iii) eu quero falar. No espaço i, os usuários têm acesso a materiais informativos sobre saúde mental, os quais foram criados exatamente para subsidiar o referido público com conteúdos acerca do tema em questão; no espaço ii, os usuários podem ler depoimentos de adolescentes e jovens sobre saúde mental e sobre como buscar ajuda, caso necessitem, e no espaço iii, os usuários têm acesso à possibilidade de serem ouvidos, de maneira anônima, via chat, por equipes de atendentes devidamente capacitados para essa finalidade.

O lançamento do Pode Falar considerou, como já sinalizado, que, com o advento da pandemia, notáveis prejuízos à saúde mental de adolescentes e jovens foram percebidos. Houve um aumento de sintomatologias ansiosas, depressivas (Fundo das Nações Unidas para a Infância, 2021) e, especialmente, de desesperança e medo do futuro (Tardivo *et al.*, 2019). O Pode Falar não pretendeu, como bem observaram Santos e Ferreira (2024), promover psicoterapia, mas, seguindo

<sup>2</sup> Para obter mais informações sobre o canal e o atendimento a adolescentes e jovens, visite o endereço: <https://www.podefalar.org.br/>. O Canal Pode Falar também oferece suporte via WhatsApp pelo número (61) 99660-8843. Toda a intermediação tecnológica, no que diz respeito à utilização das ferramentas do Canal, é realizada por Ariel, chatbot interativa.

o modelo metodológico do Centro de Valorização da Vida, se dispor a escutar adolescentes e jovens com vistas à minimização do sofrimento apresentado pelos referidos usuários à ocasião da escuta – compreendida por Melo (2024) como acolhedora.

É fundamental entender que os atendimentos realizados pelas equipes de atendentes do Pode Falar seguem rigorosos procedimentos éticos, os quais visam, antes de tudo, a proteção integral dos usuários, garantindo sigilo absoluto sobre o teor da escuta, assim como o anonimato para quem procura o atendimento. As equipes de atendentes recebem formação contínua e são supervisionadas por profissionais de reconhecido saber sobre o tema em questão: a escuta cuidadosa de adolescentes e jovens.

Com vistas ao fortalecimento do Pode Falar, em 2023 foi instituída a Rede Pode Falar, formada por 22 instituições, sendo majoritariamente universidades públicas de ensino superior, distribuídas nas cinco regiões brasileiras. A criação da Rede Pode Falar soma-se aos esforços iniciais do Unicef e parceiros para garantir que o programa seja uma estratégia de enfrentamento do sofrimento e do adoecimento mental de adolescentes e jovens e, ao mesmo tempo, a consolidação de uma possibilidade de escuta, adversa à ideia de escuta preconizada por um viés adultocêntrico.

### **A escuta acolhedora**

No Pode Falar, o processo de interlocução se efetiva por meio da palavra escrita. Depois de uma série de testes e verificações, análises e avaliações, chegou-se à conclusão de que a escrita via chat em nada incomodava os usuários do Pode Falar, pessoas culturalmente habituadas à comunicação semiótica, em que a palavra é misturada aos *emojis* e memes; palavras são encurtadas e frases não são pontuadas. O uso do chat, inicialmente pensado como um obstáculo ao acolhimento, na verdade tornou-se um elemento atrativo para adolescentes e jovens que procuraram o Pode Falar. “Eu gosto porque posso escrever e, também, porque posso silenciar, aguardar, voltar, é bom, eu curto, melhor que falar” (Santos; Ferreira, 2024, p. 11).

Importante que não usemos a métrica de ontem para mensurar o comportamento de hoje. Adolescentes e jovens atuais não se comportam exatamente como adolescente e jovens de outros tempos. Na comunicação, sobretudo, vemos que a linguagem foi alterada e a internet tem grande influência sobre essa alteração. É comum a digitalização da fala e a expressão dessa fala digitalizada (Matos, 2022, p. 214).

O tema da escuta acolhedora tem suscitado crescentes e interessantes debates nos últimos anos, uma vez que essa escuta, sensível, não deve ser vista sob uma única ótica, sequer sob as amarras psicologizantes (Ferreira; Melo, 2021). A escuta acolhedora, do modo como aqui é proposta e na qual o Pode Falar fundamenta as suas práticas, refere-se a uma escuta transdisciplinar, dialógica, cuidadosa e que abre caminhos para entender o sofrimento humano, sintonizando-se com as demandas, os interesses, as necessidades e as histórias de quem busca acolhimento (Maynard, 2014).

A escuta acolhedora é aquela que, no lugar de ouvir o outro a partir exclusivamente de si, de seus desejos e de suas projeções, como de seus interesses, conceitos, compreensões, tenta, por meio de respeito e cuidado com o outro, ouvir de modo não avaliativo, não julgador, não comparativo, mas deontológico, tentando perceber aquilo que é dito naquela hora, naquele momento, naquele instante (Ferreira, 2021, 128).

Alves (2003), citando Alberto Caetano, compreende que “não é o bastante”, para escutar o outro, “ter ouvidos para ouvir o que é dito”; “é preciso também que haja silêncio dentro da alma”.

Em seus estudos sobre a racionalidade abstrata, Maffesoli (2001) adverte que a prescrição do outro elimina o outro como realidade, evitando, dessa maneira, que a apresentação do outro surja tomada de transversalidade, de transculturalidade, de pluralidade e de diversidades. Em outras palavras, quando se quer ouvir o outro sob a lógica de um modelo identitário prescrito, há um evidente desinteresse pelo que o outro diz, fala e expressa.

No Pode Falar, há uma intensa busca para que a realização da escuta do outro seja feita de modo com que a pessoa atendida perceba que a sua fala/escrita será acolhida o máximo possível, sem que haja, por parte do atendente, a intenção de qualificar e valorar o sofrimento daquele que fala. “No Pode Falar tentamos realizar uma escuta que deixa quem fala confortável para expressar a sua dor, o seu incômodo, o seu sofrimento diante dos problemas vividos” (Santos; Ferreira, 2024, p. 9). Ouvir acolhendo é tentar não reduzir o outro, não retirar o outro do seu território, do seu contexto, da sua condição identitária; “[...] é saber que o outro tem uma biografia, uma história, características que o singulariza no processo da escuta” (Ferreira, 2021, p. 131).

Nesse sentido, é possível que essa escuta, realizada sob a lógica do cuidado, do respeito, da compreensão, “[...] possibilite a construção de vínculos, a produção de relações de acolhimento, o respeito à diversidade e à singularidade no encontro entre quem cuida e quem recebe o cuidado” (Maynard, 2014, p. 24). Com efeito, quando se reflete sobre a importância da escuta realizada, por chat, pelo Pode Falar, percebe-se que, através das mensagens, adolescentes e jovens, anônimos, expressam os seus sentimentos e as suas emoções à procura de alento e alívio para sua dor que sentem naquele instante.

Conforme explica Melo (2024, p. 57):

A escuta, mesmo que mediada por palavras escritas em vez de faladas, mantém seu potencial acolhedor. A comunicação por mensagem, embora diferente da oral, não é menos valiosa. Ambas, quando sustentadas por uma abordagem plural, dialógica e acolhedora, servem ao mesmo propósito: cuidar da saúde mental de adolescentes e jovens.

A escuta por mensagens via chat, embora desprovida da voz e da modulação da fala, não é superior nem inferior à escuta oral, nem mais ou menos importante no que se refere à saúde mental de adolescentes e jovens. Ambas as formas de comunicação, apesar de suas diferenças, servem a um mesmo propósito: ouvir o outro como o outro consegue ser naquele momento. “Os atendentes do Pode Falar são formados para que aprendam a ouvir o adolescente e o jovem, entendendo que, muitas vezes, temos ideias prescritivas de adolescentes e de jovens” (Santos; Ferreira, 2024, p. 15). A prescrição identitária; isto é, o modelo prévio do que é um adolescente e do que é um jovem, é um empecilho ao processo de acolhimento do outro.

## **O sofrimento e adoecimento de adolescentes e jovens**

### ***A violência: uma estratégia de eliminação da alteridade***

A alteridade, essa marca indelével da condição humana, é, no seu todo ou em sua parte, alvo da violência. De algum modo, a violência tem por finalidade a destruição do diverso, do outro como algo estranho ou inferior. A existência da violência implica, de imediato, na intenção de eliminar o diferente, o *queer*, aquele que não é espelho, que não é igual. A eliminação, nesse caso, não é sinônimo de morte; pode ser segregar, escravizar, inferiorizar, torturar, maltratar de diversas formas, reduzir, ignorar, deslegitimar, empobrecer, miserabilizar e invisibilizar...

A tentativa de excluir o diferente, segundo Maffesoli (2001), é o germe da violência. Na medida em que a alteridade é aviltada, surge a revolta, silenciosa ou ruidosa, evidente ou oculta, calculada ou impulsiva, programada ou aleatória. A revolta, em quaisquer dos casos, é a violência produzida pela violação da diferença. O processo é recursivo e retroalimentado, explica Morin (2003). Ao mesmo tempo que a violação da diferença emerge, sob o signo da subjugação, o violado, açoitado, promove a violência como resposta à violação.

Fanon (2011) comenta que a colonização é a violência no seu mais alto grau. O colonizado, todavia, aquele que “inveja” o lugar do “colono”, não aceita o “estrangeiro” que vem para eliminá-lo. Violado nos seus direitos humanos, organiza, ainda que mentalmente, a sua vingança, e tem como objetivo destruir aquele que o tenta o tempo todo matar. A violência do colonizado é produzida pela violência do colono. A primeira é consequência da segunda e a segunda é escolha do colono. O colono, ao contrário do colonizado, escolhe a violência como estratégia de existência. O colonizado, cedo ou tarde, reproduz a violação. Em algum momento, há de tentar eliminar o colonizador.

A violência que presidiu ao arranjo do mundo colonial, que ritmou incansavelmente a destruição das formas sociais nativas, que demoliu sem restrições os sistemas de referências da economia, os modos de aparência, de vestuário, será reivindicada e assumida pelo colonizado, no momento em que, decidindo ser a história em atos, a massa colonizada se estranhar nas cidades proibidas. Explodir o mundo colonial é doravante uma imagem de ação muito clara, muito compreensível, e passível de ser retomada por cada um dos indivíduos que formam o povo colonizado. Desmantelar o mundo colonial não significa que, depois da abolição das fronteiras, serão construídas vias de passagem entre as duas zonas. Destruir o mundo colonial é precisamente abolir uma zona, enterrá-la no mais profundo do solo ou expulsá-la do território (Fanon, 2011, p. 37).

A violência é sempre uma tentativa de eliminar o outro. Diferentemente, como explica Charlot (2002), da agressividade, ela é um construto social, cultural, histórico; logo, um fenômeno produzido e intencionalmente criado por processos autoritários, opressivos e coercitivos, promotores de sofrimento e de adoecimento e desencadeadores de toxicidades, de destruições e de guerras. Numa sociedade adultocêntrica<sup>3</sup>, o outro-diferente é sempre aquele que não é o adulto-dominante, que não foi totalmente desenvolvido, que estuda, que não governa seu dinheiro, que deve satisfações e que não se autoriza, segundo a lei.

### ***O adultocentrismo e a violência contra adolescentes e jovens***

O adultocentrismo é uma doutrina fundamentada em pressupostos e princípios excludentes das infâncias, das adolescências e das juventudes. Cavalcante (2021) assinala que as práticas violentas contra meninos e meninas são forjadas sob a regência da ordem adultocêntrica: “[...] o adultocentrismo objetiva apagar da história crianças e adolescentes como sujeitos capazes de promover e de experienciar cultura, de pensar e sentir, logo, de existir no presente, no aqui e no agora [...]” (Cavalcante, 2021, p. 203).

A matriz adultocêntrica é um processo violento contra crianças, adolescentes e jovens e seu objetivo mais expressivo é o apagamento social e histórico das vozes infante-juvenis, que como atenta Miranda (2013), se dá de forma, por vezes, brutal; basta que sejam analisadas as mortes medievais de crianças pequenas e a adultização de adolescentes em meio ao desenvolvimento civilizatório do Ocidente. “Há muito, matamos infâncias e adolescências, sem que elas tenham, no mesmo nível que nós, condição de defesa” (Miranda, 2013, p. 79).

<sup>3</sup> O conceito será desenvolvido de forma mais aprofundada no tópico seguinte.

Esta lógica impõe a crianças, adolescentes e jovens uma condição subalterna, imprópria aos direitos. “Os adolescentes atendidos pelo Pode Falar costumam reclamar/denunciar que sua voz não é ouvida pelo adulto, não é respeitada e, na maioria dos casos, é deslegitimada, seus direitos são costumeiramente negados” (Santos; Ferreira, 2024, p. 45). Para a lógica adultocêntrica, o infante-juvenil é um outro-diferente, um outro pouco valioso, exceto se se enquadrar no modelo prescritivo que lhe deve servir como referência.

O adultocentrismo pretende, antes de tudo, não legitimar a opinião da criança, do adolescente e do jovem. Quer demonstrar que a posição do adulto em relação ao grupo populacional de crianças, adolescentes e jovens, é de superioridade, de autoridade, de controle e centralidade. Sob a regência dessa lógica, a escuta de meninos e de meninas é quase sempre negligenciada (Ferreira, 2021 p. 97).

Uma sociedade instituída na adultez, diz Rolim (2016), é promotora de violência contra adolescentes e jovens, tendo em vista que, nessa sociedade, é negado a esses sujeitos o direito de opinar sobre as estruturas e os desenvolvimentos sociais. Segundo Santos e Ferreira (2024), adolescentes e jovens que buscam o Pode Falar costumam trazer em suas queixas uma questão que chama a atenção: dizem que não são escutados quando o assunto é, por exemplo, política, economia, modelo de cidades, governanças de Estados e políticas públicas.

Usuário 1 – *Me sinto mal por viver num bairro sem nada de lazer, sem lugar para me reunir com a galera, com os amigos, não tem biblioteca para ler um livro e também não tem local para ficar, namorar, se encontrar.*

Usuário 2 – *É triste, mas é verdade, a minha opinião é zero. Eu sei que também sou meio pessoa dramática, mas é assim: não me perguntam como eu quero a rua onde moro, se quero com casa ou com prédio, com praça e árvore ou com pista de bike.*

Usuário 3 – *Não estou bem, sabe. Faz tempo que peço a minha tia uma ajuda, um psicólogo. Ela trabalha longe e não tem tempo. Se o ônibus fosse melhor, dava tempo, mas é pouco ônibus, cheio, lotado. Se quisessem saber o que penso...*

Os depoimentos acima, extraídos dos históricos documentais de atendimentos do Pode Falar feitos por equipes do Nordeste e com usuários residentes no Nordeste, chamam a atenção para como esses adolescentes e jovens percebem que a sua visão de mundo é deslegitimada pela ótica da adultez. “*Me ferem mesmo, essas pessoas que nem ligam para o que eu digo e fazem de tudo para que eu não diga absolutamente nada, é f\*\*\**” (Usuário 2).

## A escola e sua natureza violenta?

No relatório “Ataque às escolas no Brasil: análise do fenômeno e recomendações para a ação governamental” (Brasil, 2023, p. 31), lê-se que:

[...] contudo, a noção de que a escola é sempre um espaço democrático, sedutor e igualitário por vezes não é visível (Abramovay, Silva, Figueiredo, 2021), tampouco é real – segundo tanto a realidade escolar quanto dados oficiais disponíveis (INEP, 2022). No Brasil, a escola também é um local de frustração e ressentimento na medida em que os mecanismos de avaliação, disciplina e seleção são injustos, fazendo com que muitos estudantes sejam maltratados, discriminados ou excluídos do espaço escolar.

A escola, instituição histórica e social, segundo Bourdieu e Passeron (2014), reproduziu injustiças sociais e históricas por meio, entre outras formas, da violência simbólica – uma modalidade de violência comum em processos de violação de direitos infante-juvenis realizados no âmbito escolar. Evidentemente, como também aponta o referido relatório, não se deve desvincular a escola

de sua emergência social; logo, do contexto histórico no qual é forjada. Saviani (2012) explica que a escola é aquilo que a tessitura do tecido social faz dela.

Nesse sentido, sociedades violentas geram escolas violentas. Sendo mais diretos, sociedades que violam direitos infanto-juvenis têm escolas que violam direitos infanto-juvenis. Ainda que não fosse para ser, segundo Goffman (2019), a escola é uma instituição total, visto que o sujeito nela inserido é colocado em condição de redução da subjetividade, numa tentativa de generalizá-lo. A generalização da subjetividade é uma espécie de violência simbólica e é também uma violência psicológica.

*Usuário 4 – Me chamam pelo nome, mas não sabem que eu tenho vontade de morrer e nem sabem que eu já fui abusado pelo meu primo mais velho e não sabem que eu fumei maconha no banheiro. Eu sou igual aos outros estudantes da escola. A farda é igual e a cor da calça é igual e o sapato é na mesma cor. Eu sou igual ao boy que me ameaçou. Pensam isso de mim.*

*Usuário 5 – Primeiro querem que a gte fique todo mundo sentado e falando no mesmo tom, só que na minha comunidade, a gte fala alto e eu aprendi a falar alto, mas aqui, na escola, todo mundo é para ficar do mesmo jeito. Já teve um dia, acho que foi no ano passado, fiquei tão de saco cheio de ser igual, ser tratada igual, ser mais uma menina nesse lugar, então pensei: e se eu entupo as privadas com pano de chão? Todo mundo fará isso? Acho que não!*

As violências simbólicas e psicológicas, assim como as violências físicas, são citadas pelos usuários do Pode Falar quando eles se referem à escola na qual estudam. Aqui, considerando os objetivos deste artigo, foram identificados casos no Nordeste.

*Usuário 4 – Bateram na minha amiga com mão, com pé e com camisa. A minha amiga e eu saímos correndo, pedindo ajuda. Veio a professora de Português, mas a gangue se escondeu. Ninguém nem suspenso foi. Desde esse dia, eu não quero ir para a escola. Tenho medo. Fiquei mto machucada.*

*Usuário 2 – Não foi com porrada, foi com palavra. Eu fico ouvindo sempre eles me xingarem. Riem. Falam baixinho. Depois, mandam bilhetezinho. Me desenham em papel. Já me xingaram no banheiro. Tem dia que passa a aula toda trocando papel, eu sei que é me ofendendo. Acabo chorando. Eu odeio.*

Matos (2022) comenta que a violência na escola é um fenômeno que tem sido terrível para adolescentes, uma vez que afeta o desenvolvimento saudável de alguém que já se encontra em situação de desafio em razão da própria idade e da própria condição humana. *A priori*, comenta Ferreira (2021), a escola deveria ser um local para o exercício da proteção integral infanto-juvenil; porém, tem sido, em muitas ocasiões, um lugar que reproduz e gera sofrimento de toda ordem e natureza. “Difícil para um adolescente se desenvolver de forma saudável em ambientes hostis e violentos. Na escola, por exemplo, se houver ambiência tóxica, é provável que todo o processo de desenvolvimento fique prejudicado e repercuta negativamente tanto em termos físicos quanto mentais” (Matos, 2022, p. 215).

Santos e Ferreira (2024) dizem que, durante a pesquisa que realizaram, escutaram de usuários do Pode Falar reclamações explícitas sobre o modo como a escola agia em relação às várias violências que ocorriam no cotidiano das aulas. “Foi comum ler falas de usuários, durante a nossa pesquisa, que demonstravam que as escolas nas quais eles/elas estudavam, tratavam violências como se fossem acontecimentos naturais e para os quais não pareciam ter solução” (Santos; Ferreira, 2024, p. 17).

*Usuário 6 – Não vi até agora nenhuma atitude da escola. Eu não aguento mais tanta violência. Até m\* já botaram dentro da minha mochila. A escola nem aí. Acho que vou ter de resolver essa situação tb na violência. Eu n quero. Eu quero paz, pow!*

Usuário 7 – *Eu que me vire. Foi isso o que me disseram lá na escola. Sei que nã vão fazer nd. Melhor calar a boca. Quero morrer n. A menina n é brincadeira. Sei que ela já cortou duas. N aguento se ela me cortar. Eu mato. A escola é suja, mano. É safada!*

Ferreira (2021) entende que a escola, considerando uma série de elementos que a constituem, todos de ordem complexa, não deve ser estigmatizada como uma instituição violenta. Entretanto, o autor também compreende que a fala dos usuários do Pode Falar não se distancia da fala de estudantes ouvidos por Vasconcelos (2018) em pesquisa que investigou o fenômeno do bullying com meninas e que identificou o quanto a escola, por vezes – muitas vezes – omissa frente às violências nela existentes, passa uma mensagem de inércia e ineficácia aos adolescentes diante do enfrentamento.

É fato que a escola não é a geradora exclusiva da violência que encontramos no seu interior. O problema é multifatorial, complexo, transversal. No entanto, também é importante dizermos que as meninas ouvidas em nosso trabalho, sem exceção, afirmam que a escola não as ouve, não as escuta, logo não pode saber o que realmente se passa com elas (Vasconcelos, 2018, p. 78).

Talvez, como propõe Ferreira (2021), a violência na escola possa ser minimizada se houver, por parte da instituição, um compromisso com o acolhimento e a escuta de seus estudantes; uma escuta não imposta e nem rígida, mas sensível. Aquela que propõe que a escola seja um lugar que defenda seus discentes: “[...] ouvir quem me fala, ainda que eu discorde do que me é dito, ainda que o que me é dito seja diferente do que eu penso, do que sinto [...] eu tenho adesão, não excluo a interlocução” (Ferreira, 2021, p. 31).

## **A relação entre o Pode Falar e a escola nordestina: o papel da escuta acolhedora**

### **Aspectos metodológicos**

Considerando os limites e os objetivos metodológicos deste artigo, os dados aqui analisados estão sob a ótica da abordagem qualitativa, visto ser essa natureza de abordagem a que melhor se adequa aos aportes teóricos e epistêmicos basilares deste estudo. O método utilizado foi do tipo documental. Para efeito de construção de dados, foram analisados oito registros de interlocuções dos atendimentos de usuários do Pode Falar.

Sendo assim, não foram aplicados questionários, realizadas entrevistas ou utilizada qualquer técnica de construção de dados que pusesse os autores deste artigo e usuários do Pode Falar em contato direto. Com efeito, os dados analisados são de natureza secundária, sendo uma parte deles tratados anteriormente nos trabalhos acadêmicos de Santos (2023) e Melo (2024) e outra parte no trabalho de Ferreira e Melo (2021).

As categorias “pode falar”, “adolescências”, “escuta acolhedora”, “enfrentamento” e “violência escolar” emergem para análise tendo como base dois elementos: (a) os objetivos deste artigo e (b) os oito registros de interlocuções dos atendimentos de usuários do Pode Falar. Em razão da natureza dos textos utilizados pelos usuários do programa, optou-se, como técnica de análise, pela semiologia interpretativa (Barthes, 2002; Eco, 2011), que consiste na análise discursiva de textos linguísticos e não-linguísticos, comuns às falas das pessoas atendidas no programa. O uso frequente de palavras abreviadas, neologismos, *emojis* e memes, relacionados aos textos verbais, anuncia os discursos como redes intertextuais, bastante desafiadoras ao entendimento e à compreensão, construtoras de uma complexa teia de significados.

## O Pode Falar e o Nordeste

O Pode Falar tem atuação nas cinco regiões brasileiras; logo, as equipes de atendentes recebem mensagens de adolescentes e jovens de todo o Brasil. No entanto, para efeito de análise deste artigo, foram feitos recortes de mensagens de usuários da Região Nordeste, considerando os seis primeiros meses do ano de 2024 para fins de análise desta pesquisa. Sendo assim, de janeiro a junho de 2024 o Pode Falar atendeu 1.075 usuários a maioria de predominância negra, entre 15 e 20 anos de idade. A Bahia foi o estado com maior frequência de atendimento<sup>4</sup>.

**Tabela 1** – Perfil dos usuários atendidos na Região Nordeste.

Estados	Gênero - Feminino	Raça - Negro(a)	Idade	Atendimentos
	%	%	n	n
Alagoas	80,95	54,76	15 e 20 anos - 8 cada	43
Bahia	81,89	75,55	19 anos (48)	280
Ceará	76,34	66,96	17 anos (49)	237
Maranhão	73,26	72,41	17 anos (12)	89
Paraíba	83,33	54,55	17 anos (9)	69
Pernambuco	74,14	63,4	16 anos (20)	158
Piauí	85,71	60,71	17 e 20 anos - 16 cada	87
Rio Grande do Norte	65,67	52,24	19 anos (11)	67
Sergipe	77,27	59,09	19 anos (8)	45

Nota: Elaborada pelos autores (2024).

O perfil dos usuários atendidos pelo Pode Falar durante o período que serve de análise para este artigo sinaliza que as meninas procuraram mais o serviço do que os meninos, e, ao mesmo tempo, também aponta que meninas negras foram majoritárias na busca pela escuta do Pode Falar. Santos e Ferreira (2024) assinalam que na escuta realizada pelo Pode Falar é mais frequente a adesão de meninas do que de meninos. Na opinião dos autores, isso se dá “porque historicamente a menina tem menos dificuldade de falar de suas vulnerabilidades emocionais” (Santos; Ferreira, 2024, p. 18).

Na pesquisa de Melo (2024), a boa adesão que o Pode Falar tem em relação aos adolescentes e jovens se dá sobremaneira em razão do anonimato; logo, da garantia de sigilo. “*Eu falo aqui porque sei que aqui é seguro, é só meu lugar e ninguém vai saber o que eu ando dizendo. É diferente da escola, porque, na escola, se eu falar algo, logo em seguida, a galera toda fica sabendo. Eu me ferro*” (Usuário 3). Melo (2024) acredita que, quanto menor a necessidade do adolescente se expor, maior confiabilidade é gerada entre o adolescente e quem o escuta.

Adolescentes não costumam falar de si se o ambiente que os acolhe não for para eles confiável. Nesse sentido, é imprescindível que se pergunte ao adolescente o que ele entende como um ambiente confiável. Muitas vezes, a escola, a princípio um lugar de refúgio, se torna um local de ameaça e medo (Ferreira, 2021, p. 24).

No Nordeste, a violência que ronda a escola tem sido um elemento prejudicial à vida de adolescentes e jovens. Dados extraídos do relatório “Ataque às Escolas no Brasil: análise do

<sup>4</sup> A definição obedeceu aos critérios definidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ao considerar a raça negra como o público autodeclarado como preto ou pardo. Nesse sentido, para fins estatísticos e de delineamento do perfil do usuário atendido, foi realizada a soma percentual de usuários autodeclarados como preto e pardos, cujo produto, sob os critérios do órgão supracitado, resultou percentualmente no número de usuários negros de cada estado da Região Nordeste.

fenômeno e recomendações para a ação governamental” informam que a Bahia, o Pernambuco, o Ceará e Alagoas foram estados da região que tiveram escolas atacadas no período do ano de 2002 a 2023, resultando em 4 mortes e 11 feridos. Os ataques às escolas, aponta o referido relatório, têm motivos diversos e complexos; entretanto, a intenção de destruição da alteridade como meta de quem ataca é percebida.

**Tabela 2** – Dados sobre ataque às escolas na Região Nordeste.

Ano	UF	Cidade	Arma principal	Mortos	Feridos	Total
2002	BA	Salvador	Arma de fogo	2	0	2
2012	PB	Santa Rita	Arma de fogo	0	3	3
2022	BA	Morro do Chapéu	Arma Branca	0	1	1
2022	BA	Barreiras	Arma de fogo	1	1	2
2022	CE	Sobral	Arma de fogo	1	2	3
2023	CE	Farias Brito	Arma branca	0	2	2
2023	AL	Arapiraca	Arma branca	0	1	1
2023	CE	Fortaleza	Arma branca	0	1	1

Nota: Elaborada pelos autores com base em Brasil (2023).

Os estudos no campo dessas tragédias mostram que o clima escolar depois dos ataques é de medo, desassossego e desespero. A violência contra a escola não se extingue com o ataque, explica Ferreira (2021); ela se mantém ali, posto que passa a fazer parte da memória afetiva de quem a viveu, ouviu e experienciou. “Ataques assim são tragédias, os efeitos psicológicos deles, na vida de meninos e meninas, são devastadores. Ainda não conseguimos mensurar completamente, talvez não consigamos jamais” (Ferreira, 2021, p. 56).

*Usuário 7 – Meu coração disparou quando disseram que tinha um boy com uma arma no pátio da escola. Eu não consegui me mexer. Tremia tanto. Que horrível! Sinistro mesmo. Peguei a caneta e calculei se ele entrasse na sala, furava o olho dele. Tipo, cedo, ele não ia conseguir atirar. Foi terrível!*

*Usuário 8 – Eu falei tudo isso a vc, porque vc n abre a boca. Vc lê. Entende? Na escola, quem entende? Lembrei que no dia daquele ataque na escola de Aracruz, lá longe daqui, eu fiquei em pânico. Fiquei com medo geral. Não sabem na escola, mas aquele menino magrinho disse outro dia que vai meter bala em quem abusar com ele.*

Em pesquisa sobre o clima escolar em escolas da cidade do Recife, estado de Pernambuco, Lima (2020) diz que a violência de um massacre resulta, no universo endógeno da escola, em um clima denso e tenso, possibilitando a emergência de micro violências, violências entre pares, entre professores e adolescentes e entre escola e família. “Um ataque que vem de fora, não ocorreu no desenvolver das ações escolares, como infelizmente temos visto, muitas vezes, é realizado por ex-estudantes, familiares de estudantes, vizinhos dos estabelecimentos de ensino. A repercussão da ação exógena na endogenia escolar é negativa demais, porém não se comenta muito no cotidiano das aulas, não se escuta” (Lima, 2020, p. 114).

A escola não é muito acolhedora quando o assunto é ouvir a agonia dos estudantes. Seria necessário que a escola fizesse uso de uma estratégia simples, a escuta, a escuta sem a pressão do pedagógico, só a escuta, pois se eles falam, é possível saber o que se passa com eles. Mas comumente não falar na escola o que, por exemplo falam no atendimento do Pode Falar (Santos; Ferreira, 2024, p. 21)<sup>5</sup>.

<sup>5</sup> Depoimento de atendente do Pode Falar que também é professor em escola na Região Nordeste do Brasil. Os relatos foram coletados por Santos (2023) quando da realização de sua pesquisa de mestrado, que analisou se há relação entre a escuta do Pode Falar e a escuta realizada no âmbito escolar.

Quando ouviu atendentes do Pode Falar que também são professores em escolas no Nordeste, Santos (2023) identificou que entre a escuta realizada pelo Pode Falar, cujo objetivo central é o acolhimento de quem fala, e aquela empreendida pelas instituições de ensino no âmbito nordestino, há diferenças expressivas. “No Pode Falar, a ideia é que o usuário se sinta confortável para expressar o que sente, na escola, de modo geral, a escuta é regulatória, acontece sempre para regular algo, para corrigir algo, corrigir uma ação” (Santos, 2023, p. 16).

Percebo que a escola falha no acolhimento a adolescentes visivelmente adoecidos. Outro dia, um adolescente me relatou que estava com medo de ir para a escola, porque sabia que lá, a coisa ficaria grave. Há mais de seis meses, ele me disse: apanho e ninguém na escola faz nada para me ajudar. Eu aguento calado a violência. Minha mãe aguentou calada e quase morreu. Meu padrasto batia nela. (Maria, professora e atendente do Pode Falar apud Santos, 2023, p. 59).

De um ponto de vista estratégico, explica Ferreira e Melo (2021), escutar adolescentes e jovens é protegê-los. A proteção integral, preconizada pela legislação brasileira (Constituição Federal de 1988; Estatuto da Criança e do Adolescente; Lei nº 8.242, de 1991; Lei nº 13.185, de 2015; Lei nº 13.431, de 2017; Lei nº 13.935, de 2019; Lei nº 14.811, de 2024 e Lei nº 14.819, de 2024) costuma, na prática pedagógica cotidiana, não ser compreendida no âmbito do acolhimento sem censura, que é aquele que não tenta sentenciar e não procura valorar, mas simplesmente ocorre.

Melo (2024), quando compara a escuta realizada pelo Pode Falar com a escuta vivenciada nas escolas nordestinas estudadas em sua pesquisa, acredita que os usuários do Pode Falar percebem que a sua “palavra será respeitada no ambiente da plataforma”, porém isso não “ocorrerá necessariamente no ambiente físico da escola”. “A escuta acolhedora do Pode Falar pode ser um modelo para a escuta escolar. Muito provavelmente permitiria que a voz do adolescente fosse mais compreendida no dia a dia pedagógico” (Melo, 2024, p. 79).

Ocorre que no ambiente pedagógico, em razão de interesses muitas vezes pouco cuidadosos, a voz que é ouvida no Pode Falar não é do mesmo modo percebida na escola. A escola, alerta Vasconcelos (2018), tenta controlar o que é dito, e, nessa tentativa, silencia. O silenciamento que a escola, por vezes, promove, difere da possibilidade de escuta apresentada pelo Pode Falar. “Gosto do acolhimento. Me sinto aliviada aqui no Pode Falar” (Usuário 1). “Na escola, ficam sabendo que eu sou eu. Não gosto. Aqui, posso falar sem medo. Não me calam” (Usuário 2).

A escola pode aprender com o Pode Falar o valor do anonimato da fala, a proteção de quem fala e o sigilo de quem fala e do que é falado por quem fala. Moraes (1997) entende que esse ambiente protetivo da escola, que mais acolhe do que questiona, se materializa quando a cultura infanto-juvenil é respeitada. O respeito, nesse caso, remete ao cuidado com a alteridade e o refutamento ao modelo pedagógico adultocêntrico. “O adultocentrismo costuma não ouvir a voz agoniada dos não-adultos. O adultocentrismo é bastante presente em ambientes escolares” (Vasconcelos, 2018, p. 77).

No entender de Santos (2023), a escuta que acontece no Pode Falar, ainda que não seja integralmente passível de acontecer na escola, poderia inspirar modelos pedagógicos de escuta, que não negligenciassem a condição da adolescência e da juventude, que respeitassem esses sujeitos não como seres que “serão”, mas como seres que “são”; isto é, desconstruir a ideia de adolescentes e jovens como “futuro”, porém percebê-los como “sujeitos do presente”, “do agora”. Maffesoli (2001) entende que as “tribos” atuais “são” e que qualquer abordagem prescritiva não será capaz de compreendê-las e analisá-las.

Em pesquisa realizada no ano de 2018, na qual Araújo investigou o fenômeno da autolesão sem intenção suicida em escolas pernambucanas, o tema da escuta acolhedora como um elemento

que poderia ajudar a escola a enfrentar essa “verdadeira epidemia” (Araújo, 2018) veio à tona. “A escola precisa rever seus postulados no âmbito da escuta de crianças e adolescentes. Muitos se cortam dentro da escola e ninguém ali toma conhecimento, exceto em casos em que os próprios pares infanto-juvenis anunciam às instâncias pedagógicas”. (Araújo, 2018, p. 21).

É possível, como quer Melo (2024), que a escuta acolhedora praticada no Pode Falar atue na escola como elemento de enfrentamento da violência escolar. A palavra enfrentamento remete ao proposto nas pesquisas de Ferreira (2021) e Ferreira e Neves (2017) sobre estratégias no combate à violência interna à escola. Nestes estudos, em algumas ocasiões, é usada a expressão “ronda a escola” para tentar explicitar que existem violências na escola, contra a escola e da escola. Rondar, nesse sentido, tem a intenção de contemplar essas categorias de violência que acometem a escola.

Ferreira (2021) afirma que as estratégias dialógicas, incluindo aqui a escuta realizada pelo Pode Falar, são fundamentais no enfrentamento das violências escolares. “Quando eu falo e me ouvem, eu consigo dizer o que acontece nos locais em que muitos professores não estão. Só que tem vez que eu não falo, não falo mesmo, porque já falei e disseram que era mentira minha. Então calei” (Ferreira, 2021, p. 86). Há várias possibilidades de ouvir meninos e meninas. Silva (2021) aponta que a justiça restaurativa pode ser uma estratégia para enfrentar a violência na escola. “Vi que os adolescentes, com o bastão da fala, disseram coisas não costumeiras” (Silva, 2021, p. 59).

Como diz Araújo (2018), no cotidiano da sala de aula, da coordenação pedagógica, da direção e da relação com a família, a escola é, em muitas situações, violenta e violada. A violação da escola é também, não poderia deixar de ser, a violação de todos os seus componentes humanos e não-humanos. “Numa escola na qual a violência tem lugar e tempo, é possível perceber um adoecimento comum a quem nela habita, com quem lida com ela, com quem dela faz parte. O ideal é que a escola seja revisitada” (Lima, 2020, p. 37).

Sendo assim, considerando que a inter-relação entre o Pode Falar e a escola se refere à possibilidade de a instituição aprender com o programa um modelo de escuta acolhedora, cuidadosa e sensível, no dizer de Ferreira e Melo (2021), uma escuta transdisciplinar, entende-se que isso só se dará se a escola compreender que adolescentes e jovens possuem processos identitários não-prescritivos e que suas inquietações e incômodos merecem destaque no âmbito dos elementos constitutivos dos projetos político-pedagógicos das instituições de ensino nordestinas.

Entende-se que essa compreensão é essencial para a criação de propostas pedagógicas voltadas à promoção da saúde mental. As ações empreendidas pelo Pode Falar e as iniciativas escolares devem estar alinhadas, uma vez que os adolescentes/jovens usuários do Pode Falar, são também alunos de instituições de ensino e vice-versa. Portanto, pensar em estratégias de cuidado que promovam uma escuta acolhedora é de interesse de ambos os contextos: para a escola, essa escuta deve ser uma prática acolhedora, cuidadosa e transdisciplinar, que é a base do Pode Falar. Para o Pode Falar, é crucial ter uma escola que se envolva no cuidado de seus discentes, atuando como parceira na prevenção à violência escolar e na elaboração de estratégias de enfrentamento.

## Conclusão

O fenômeno da violência nas escolas, particularmente nas instituições de ensino do nordeste brasileiro, tem revelado uma complexidade que vai além da simples ocorrência de atos violentos. Documentos oficiais e científicos e relatos dos usuários do Pode Falar evidenciam que a escola, longe de ser um espaço universalmente seguro e democrático, por vezes se mostra como um campo de tensão e sofrimento para seus estudantes. Os dados e análises aqui apresentados apontam que

a violência escolar, tanto simbólica quanto física, não apenas reflete as desigualdades e violências presentes na sociedade, mas também contribui para perpetuá-las.

A abordagem teórica de Bourdieu e Passeron (2014), aliada às observações de Goffman (2019) sobre a redução da subjetividade dos estudantes, ajuda a entender como a escola pode funcionar como um agente de reprodução social, onde as desigualdades são mantidas e perpetuadas através da violência simbólica e física e da homogeneização curricular.

Segundo esses autores, ao impor normas culturais dominantes, a escola propicia a naturalização da violência simbólica, sob o reforçamento das desigualdades e hierarquias sociais. A padronização curricular e o incentivo à conformidade se relacionam à estigmatização daqueles que não se enquadram nas normas institucionais. A educação, sob esta ótica, atuaria como um espaço de reprodução social, reforçando estruturas de poder e subordinação, onde desigualdades e violências, em suas mais diversas formas, são naturalizadas e perpetuadas.

Os dados obtidos do Pode Falar demonstram que as jovens do Nordeste, especialmente meninas negras, são as mais afetadas por essas formas de violência. A discrepância entre a escuta oferecida pelo Pode Falar e o tratamento geralmente encontrado nas escolas é marcante. Enquanto o Pode Falar proporciona um ambiente de anonimato e acolhimento, permitindo que os adolescentes expressem suas preocupações sem medo de retaliação, as escolas muitas vezes falham em ouvir e responder adequadamente às experiências de violência relatadas por seus estudantes.

O estudo de Santos e Ferreira (2024) destaca a necessidade urgente de uma mudança na abordagem escolar para com a escuta dos alunos. A escuta acolhedora, como praticada pelo Pode Falar, pode servir como modelo para as instituições educacionais, deve ser genuína e não regulatória, permitindo que os estudantes se sintam valorizados e compreendidos. A ausência dessa prática nas escolas pode resultar em um ambiente hostil, onde os estudantes trilham como caminho o silenciamento das suas experiências de dor e sofrimento.

Desse modo, entende-se que a implementação de estratégias que promovam uma escuta efetiva e sensível nas escolas pode ajudar a prevenir e mitigar a violência escolar. A criação de um ambiente onde os alunos possam expressar suas preocupações e experiências sem medo de julgamento ou represália é crucial. Isso não só melhora o bem-estar dos estudantes, mas também contribui para a formação de um ambiente escolar mais respeitoso, plural, sensível e, por conseguinte, saudável.

A relação entre o Pode Falar e as escolas do Nordeste sugere que há um potencial significativo para a melhoria das práticas educacionais através da adoção de modelos de escuta mais acolhedores (Melo, 2024). A integração de práticas de escuta e acolhimento, similares às do Pode Falar, pode facilitar um melhor entendimento das necessidades dos alunos e uma resposta mais eficaz às suas preocupações. Quando ouvidas, as adolescências tendem a falar, se expressar e se sentem visibilizadas. Quando vistas, as violências se desvelam e o silenciamento, fruto da constante aviltção de direitos, cede espaço à fala e ao cuidado de si.

Portanto, é imperativo que as escolas revisem e reformulem suas práticas de escuta e apoio aos estudantes. Investir em estratégias que promovam uma escuta acolhedora (Melo, 2024) e respeitosa pode ajudar a transformar a escola de um espaço por vezes de sofrimento para um ambiente onde os direitos dos alunos são respeitados e suas vozes são ouvidas. Esse processo deve ser contínuo e adaptável, levando em consideração as realidades e os desafios específicos enfrentados por cada comunidade escolar.

Por fim, a colaboração entre o Pode Falar e as instituições de ensino do Nordeste é essencial para a criação de um ambiente educacional mais seguro e acolhedor. O alinhamento

das práticas pedagógicas com os princípios de escuta e acolhimento promovidos pelo Pode Falar pode representar um passo significativo para o enfrentamento da violência escolar e a melhora da qualidade da experiência educacional para todos os estudantes. Em cada conversa, em cada palavra compartilhada, revela-se a necessidade de que as escolas abracem essa visão, reconhecendo o valor de cada voz como um eco da própria essência da comunidade escolar.

Espera-se que o presente texto possa se fazer um acréscimo importante à literatura, mais especialmente no que diz respeito às possibilidades de enfrentamento da violência escolar. Desse modo, almeja-se que futuras pesquisas advenham das discussões aqui propostas, ampliando reflexões acerca de especificidades aqui postas, como região, idade, gênero, entre outros.

## Referências

- Alves, R. *O amor que acende a lua*. 8. ed. Campinas: Papirus, 2003.
- Araújo, V. *A prática pedagógica transdisciplinar e sua importância para sala de aula com adolescentes-jovens em processos de automutilação*. 2018. 127 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Culturas e Identidades) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2018.
- Barthes, R. *Aula: aula inaugural da cadeira de semiologia literária do Colégio de França*, pronunciada dia 7 de janeiro de 1977. Tradução de Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 2002. 95p.
- Bourdieu, P.; Passeron, J. C. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- Brasil. Ministério da Educação. *Ataques às escolas no Brasil: análise do fenômeno e recomendações para a ação governamental*. Brasília: MEC, 2023.
- Cavalcante, E. O conceito de adultocentrismo na história: diálogos interdisciplinares. *Fronteiras: Revista de História*, v. 23, n. 42, p. 196-215, 2021.
- Charlot, B. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. *Sociologias*, v. 4, n. 8, p. 432-443, 2002.
- Eco, U. *Interpretação e Superinterpretação*. São Paulo: Martins Fontes. Gramsci, 2011.
- Fanon, F. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- Ferreira, H. A importância de educar as emoções para as adolescências: os desafios e as potências. In: Fundação Roberto Marinho (org.). *Que corpo é esse*. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2021, p. 126-139.
- Ferreira, H.; Melo, B. *Infâncias, adolescências e juventudes: a pesquisa transdisciplinar*. Curitiba: CRV, 2021.
- Ferreira, H.; Neves, M. Infância, violência na escola: diálogos e contextos. *Revista Cadernos de Ciências Sociais*, v. 2, n. 9, p. 44-73, 2017.
- Fundo das Nações Unidas para a Infância/UNICEF. *Saúde mental de adolescentes*. Brasília: UNICEF, 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/saude-mental-de-adolescentes>. Acesso em: 15. ago. 2024.
- Goffman, E. *Manicômios, prisões e conventos*. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- Lima, W. *O clima escolar e a transdisciplinaridade: prática pedagógica docente no enfrentamento ao bullying na escola*. 2020. 116 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Culturas e Identidades) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2020.
- Maffesoli, M. *O elogio da razão sensível*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- Matos, M. *Adolescentes: tudo o que sempre quis saber sobre o que pensam, o que desejam, o que sentem*. Porto: Oficina do Livro, 2022.
- Maynard, W. A escuta qualificada e o acolhimento na atenção psicossocial. *Acta Paulista de Enfermagem*, v. 27, n. 4, p. 300-304, 2014.
- Melo, B. *Os comportamentos autodestrutivos e as adolescências: a inter-relação entre o Canal Pode Falar e a escola*. 2024. 157 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Culturas e Identidades) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2024.

- Miranda, H. *Escola de Conselhos: Extensão Universitária e Direitos da Crianças e do Adolescente*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013.
- Moraes, M. *O paradigma educacional emergente*. Campinas: Papirus, 1997.
- Morin, E. *Educar na era planetária: o pensamento complexo como método de aprendizagem pelo erro e incerteza*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- Rolim, M. *A formação de jovens violentos: estudo sobre a etiologia da violência extrema*. Curitiba: Appris Editora, 2016.
- Santos, A. *A escuta sensível de adolescentes no Programa Pode Falar atravessada pela perspectiva docente*. 2023. 105 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Culturas e Identidades) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2023.
- Santos, J. Ferreira, H. A escuta sensível de adolescentes atravessada por uma perspectiva docente no programa pode falar (UNICEF). *Debates em educação*, v. 16, n. 38, p. 1-19, 2024.
- Saviani, D. *Escola e democracia*. 42. ed. Campinas: Autores Associados, 2012.
- Silva, P. *Sob a ótica transdisciplinar: a Justiça Restaurativa na escola nos processos de educação socioemocional de adolescentes*. 2022. 297 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Culturas e Identidades) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2021.
- Tardivo, L. *et al.* Autolesão em adolescentes, depressão e ansiedade: um estudo compreensivo. *Boletim. - Academia Paulista de Psicologia*, v. 39, n. 97, p. 159-169, 2019.
- Vasconcelos, F. *O bullying e as meninas: um estudo transdisciplinar sobre a violência entre pares na escola*. 2018. 134 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Culturas e Identidades) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2018.

## Contribuições

Conceitualização, Escrita - Revisão e Edição, Investigação, Análise, Metodologia: H. M. FERREIRA e B. C. F. MELO.